

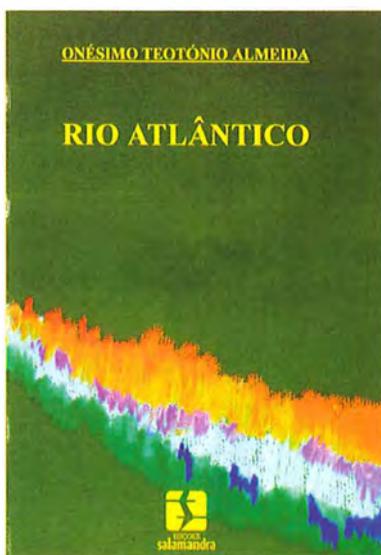
Uma ponte sobre a língua atlântica

Francisco José Viegas

*«Ah, meu pai, que descobri o Brasil
no rés-do-chão de nossa casa!»*

Actor Ribeirinho, no filme *Pátio das Cantigas*

ONÉSIMO TEOTÓNIO DE ALMEIDA PUBLICOU HÁ cerca de um ano o livro *Rio Atlântico*, uma substancial recolha de artigos seus, até aí apenas dispersos em jornais e que constituem quase um diário. Esse rio imaginário une os dois continentes de que Onésimo é residente e visitante ao mesmo tempo — a Europa e os EUA de língua portuguesa. A sua condição de açoriano favorece-o. Os Açores, a meio caminho entre os dois continentes, poderiam, até, constituir o ponto nevrálgico de um hipotético cruzamento dessas duas correntes e modos de viver Portugal de cada um dos lados do mar. O Atlântico poderia não ser, de facto, senão um rio, um imenso rio habitado nas suas margens por homens e mulheres que se viram forçados a ignorarem-se mutuamente durante muitos anos por força não de desconhecêrem mutuamente a sua existência, mas por falta de meios para a travessia que iria proporcionar o encontro. Neste caso — o caso luso-americano, a que Onésimo atribui a designação de Lusalândia —, os Açores simbolizaram essa ponte magnífica por onde circulam e não-de circular os sinais de uma cultura particular (e riquíssima, e tão rica quanto ignorada), a dos portugueses emigrados e fixados nos EUA, de onde se destaca uma imensa galeria de músicos, escritores, políticos, diplomatas e até dignitários da igreja onde entram os nomes de John Dos Passos, John Phillip de Sousa, John Portugee Philips, o cardeal Humberto de Medeiros, o Abade Correia Serra ou William Madison Wood. Mas o que mais interessa neste livro, e nas outras crónicas que o autor reuniu em livro, bem como no diário que actualmente mantém na revista *Ler*, é o seu estatuto de observatório da realida-



Em *Rio Atlântico*, Onésimo Teotónio de Almeida debate com o leitor as urgências do seu mundo, separado da Europa (ou seja: de Lisboa e dos Açores) por um rio imenso, o Atlântico.

de portuguesa e da cultura portuguesa vivida em Portugal. Meticuloso, atento, convocando para essas circunstâncias apressadas uma vasta «rede de memórias» (não é por acaso que o cibermundo é um dos que mais suspeitas, entusiasmos e perplexidades provoca nestas crónicas) literárias, políticas, ou só do senso-comum, Onésimo debate com o leitor as urgências do seu mundo, separado da Europa (ou seja: de Lisboa e dos Açores) por um rio imenso, o Atlântico.

De Rhode Island (Mass.), onde Onésimo Teotónio ensina e escreve, esses movimentos são muito mais perceptíveis do que em Portugal. Não admira: da América, da até há pouco tempo (para nós) longínqua América, Portugal adquire outra visibilidade. Em primeiro lugar, porque se está longe — é como um objecto que se pode analisar em repouso aparente, como se o país flutuasse no vácuo de um laboratório onde os instrumentos de trabalho continuamente abrem caminhos, inventam hipóteses, retomam investigações perdidas, permitem um olhar descomprometido com as realidades mais imediatas.

Podemos procurar estabelecer, ao longo da história do nosso País e da nossa cultura, o papel dos estrangeirados, dos exilados e dos emigrados. E podemos, sobretudo, através dos seus escritos, verificar como essa distância foi saudável e contribuiu generosamente (*a posteriori*, porque essa contribuição ocorreu quase sempre em circunstâncias dolorosas que convém não esquecer) para que nascessem uma ideia de Portugal fora de Portugal, novas harmonias para a nossa língua, outras ideias sobre o passado e o presente. Não se trata, porém, de cosmopolitismo. Na maior parte das vezes, essa marca é substituída pela da extraterritorialidade mais pura. No mundo inteiro, como facilmente se poderia perceber depois de uma enumeração desses exilados, emigrados e estrangeirados, *há muito mais ideias de Portugal do que os portugueses*

podem imaginar. Para o provar, não é necessário ir buscar exemplos ao Renascimento, à Expansão ou ao século XVIII: o nosso século e, sobretudo, a segunda metade deste século, fornecem abundantes provas e casos quer dessa peregrinação quer, também, dessa *extraterritorialidade*. Acontece, porém, que a ideia de uma identidade portuguesa não é recente — mas a ideia de uma comunidade de povos que falam a língua portuguesa, espalhada pelo mundo e por vários continentes, essa, é nova. Tão nova, e tão estranha, que quase não existe.

O *excesso de identidade* de que padecem os portugueses ou, pelo menos, o excesso de preocupações com a sua identidade, não é — em grande parte — senão o reflexo das problemáticas geradas pela existência dessa comunidade tão vasta quanto diversa. A verdade é que, ao iniciarem mais um ciclo europeu da sua história, depois de 1977, os portugueses, na sua generalidade, tinham um conhecimento deficiente dessa vastidão e dessa diversidade. Até então (à excepção do que teria de se passar com uma elite culta, viajada, cosmopolita e politicamente comprometida), a existência de um império tinha sido quase inquestionável. Em 1956, alguns anos antes do nascimento oficial dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau, o poeta Rui Knopfli publicava o seu primeiro livro a que, não por acaso, deu o título *O País dos Outros*. Nascido em Inhambane, Moçambique, Rui Knopfli (tal, como noutra dimensão, Jorge de Sena) é um dos exemplos mais práticos dessa *extraterritorialidade*, e o seu livro *A Ilha de Próspero* (de 1972) foi escrito sobre um dos palcos privilegiados quer do cruzamento de culturas proporcionado pela expansão portuguesa (e pela rota do ouro, de que era um entreposto inicialmente árabe), quer da representação do colonialismo na sua face mais «idílica»: a Ilha de Moçambique. Pode afirmar-se, sem grande margem de erro, que em

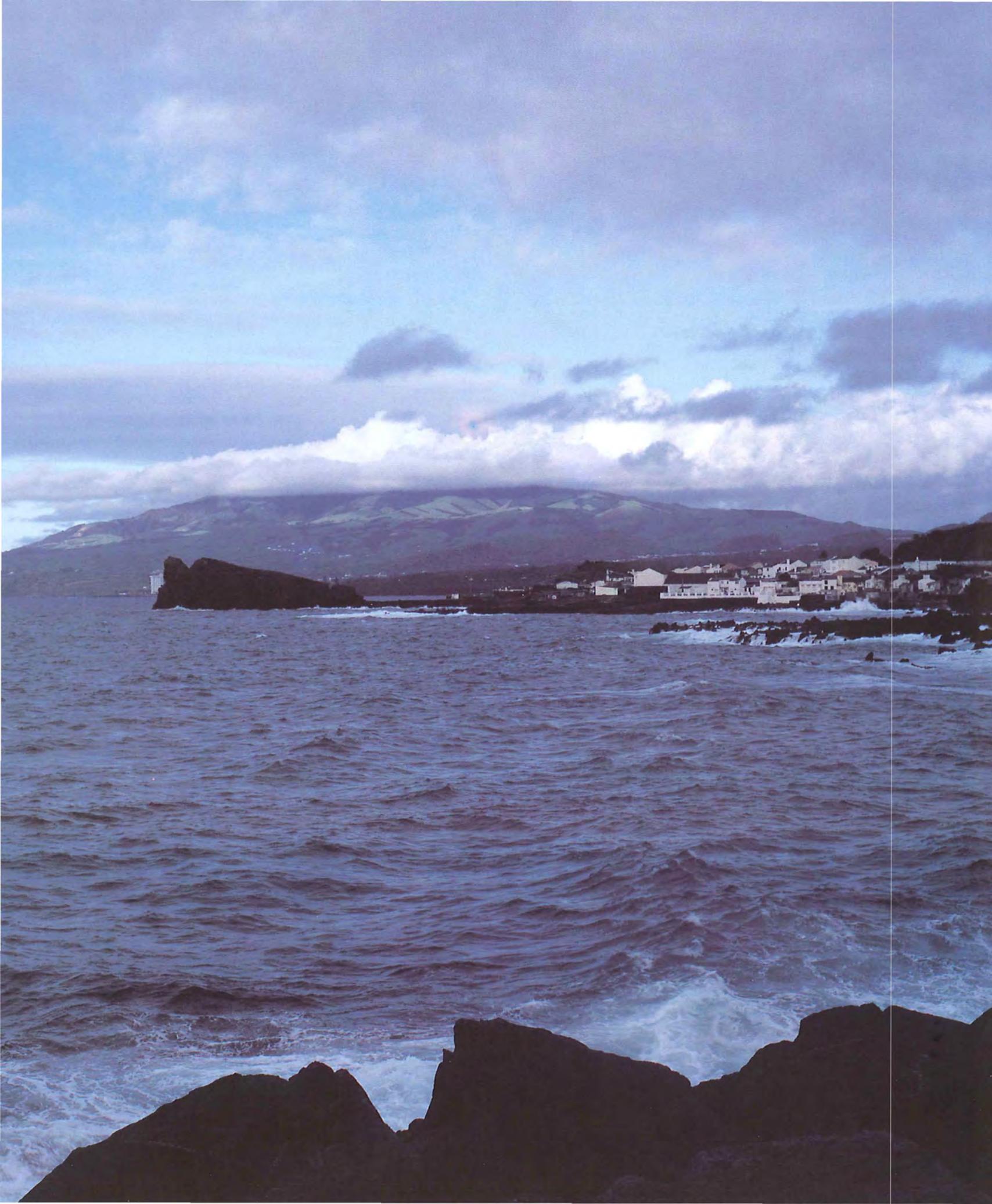
A *Ilha de Próspero* se identifica um agudíssimo conflito da consciência portuguesa em relação a essa matéria. Lugar de passagem de quase todas as culturas que cruzaram as águas do Índico diante de Moçambique, a Ilha — um território de pouco mais de dois quilómetros de extensão e que o autor de uma *Relação* de viagem, o jesuíta Monclaro, descreve como «*muito pequena, de comprimento não terá ainda uma légua, é muito estreita no meio, tanto que com um tiro de pedra se passa para a outra banda*» —, por si só, pode constituir o sinal desse conflito e da natural incapacidade dos portugueses para compreenderem a grandeza do que estava em jogo nesse cruzamento. Ninguém como Knopfli se apercebeu, muito antes daquele momento em que se sabe que já é tarde, da singularidade desse território e do seu carácter exemplar. A esse olhar de Knopfli respondeu Jorge de Sena que, numa curta estadia na Ilha, escreveu o poema «Camões na Ilha de Moçambique» (são de Camões os versos «Esta ilha pequena que habitamos»): «*Tudo passou aqui — Almeidas e Gonzagas,/ Bocages e Albuquerque, desde o Gama./ Naqueles tempos se fazia o espanto/ desta pequena aldeia citadinal/ de brancos, negros, indianos, e cristãos,/ e muçulmanos, brâmanes, e ateus./ Europa e África, o Brasil e as Índias,/ cruzou-se tudo aqui neste calor tão branco/ como do forte a cal no pátio, e tão cruzado/ como a elegância das nervuras simples/ da capela do baluarte*». Mas, se os poetas e os ficcionistas algumas vezes reconhecem a existência dessa grandeza (a pluralidade, a multiplicidade e as muitas influências na nossa cultura comum — e, simultaneamente, as suas singularidades), a cultura dominante não vai nesse sentido. Uma curiosa disputa actual, surda e silenciosa mas que de vez em quando assinala a sua presença apenas para dizer que existe, diz respeito a duas «vocações portuguesas», a europeia e a atlântica. Trata-se, de facto, de um debate que merecia ser realizado noutras

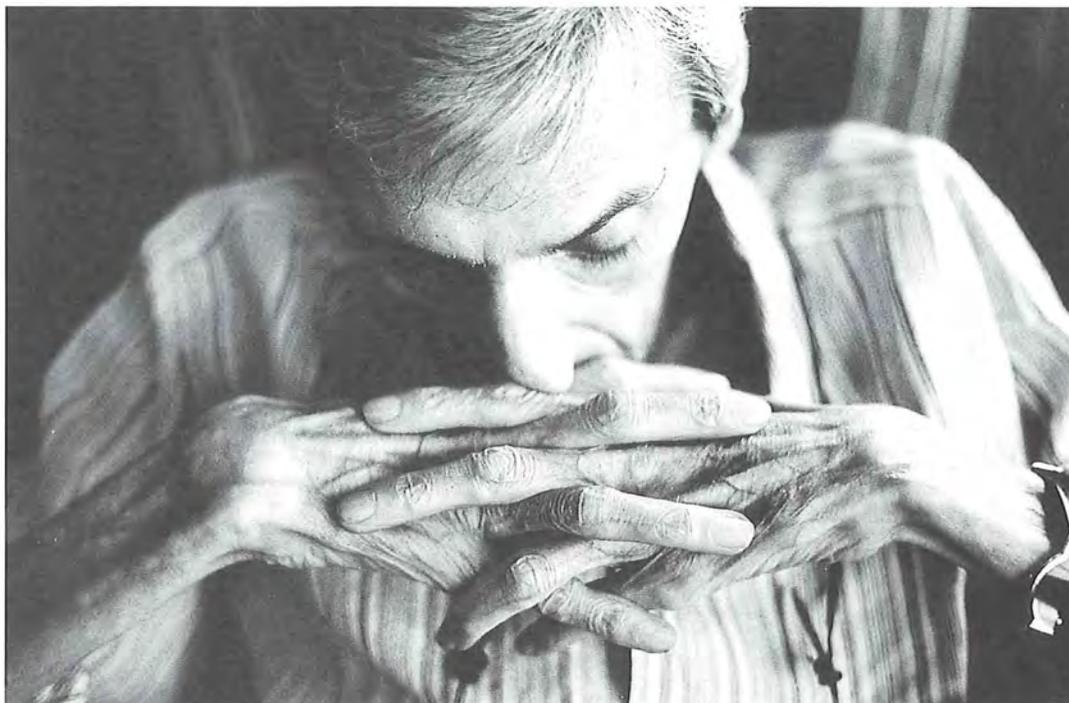
condições, sem as limitações impostas pela política mais imediata, que sacrifica a discussão qualitativa à necessidade de opções estratégicas muito mais prementes. Mas só o facto de se mencionar a questão é um dado a ter em conta porque assinala que não se pode perder uma parte da nossa memória. Ou seja, que o velho e absurdo império colonial não se arruma facilmente nas traseiras.

Estas evidências (o poema de Sena, a memória de Knopfli) são recolhidas, citadas e antologadas amiúde em Portugal, apontadas como exemplo dessa *peregrinação da língua portuguesa* pelo mundo — e sobejamente conhecidas de quase todos. No entanto, nem por serem evidências passaram a ser aceites nesta comunidade que fala a mesma língua. As universidades portuguesas, salvo honrosas excepções, pouco têm vindo a fazer para que a divulgação desse património comum seja feito em Portugal. Também amiúde se escutam lamentos sobre esse desconhecimento mútuo que parece ser a marca fundamental das actuais culturas dominantes nos países onde se fala a língua portuguesa. Ao contrário de Onésimo Teotónio de Almeida que, com a sua feliz e pessoalíssima designação de «rio Atlântico», encontra o roteiro dessa travessia apoiado pelo arquipélago dos Açores que anuncia uma cultura muito particular, já entre Portugal e o Brasil (para não falarmos da situação ainda mais complexa que marca as relações destes dois países com a África lusófona) a distância é maior, muito maior e os traumas acumulados, de parte a parte, mereciam uma reflexão profunda — para citar o título de Eduardo Lourenço, «uma psicanálise mítica» do destino luso-brasileiro.

O desconhecimento mútuo das realidades dos dois países é frequentemente o centro das queixas mais comuns. Mas raramente se tem assistido, em Portugal sobretudo, a um esforço

Os Açores simbolizaram essa ponte magnífica por onde circulam e hão-de circular os sinais de uma cultura particular, a dos portugueses emigrados e fixados nos Estados Unidos.





Rui Knopfli é um dos exemplos mais práticos da *extraterritorialidade*. O seu livro *A Ilha de Próspero* foi escrito sobre um dos palcos privilegiados quer do cruzamento de culturas proporcionado pela expansão portuguesa, quer da representação do colonialismo na sua face mais idílica: a Ilha de Moçambique. Fotografia de João Francisco Vilhena/revista LER.

continuado, insistente e alargado, no sentido de esclarecer esse destino luso-brasileiro, coisa que — pelo menos na chamada «imprensa cultural» e na promoção turística — no Brasil acaba por merecer honras de debate a propósito dos 500 anos da chegada de Cabral e da designação de *descoberta* atribuída a esse acontecimento.

Para muitos leitores portugueses, seria com certeza desconcertante determinada passagem do romance *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, quando alguns nativos, entregues ao prazer da antropofagia, se interrogam sobre qual a carne mais saborosa — se a dos portugueses ou a dos holandeses. Recordo essa passagem para falar da surpresa que poderá constituir a leitura do derradeiro livro de Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*, um estudo de antropologia que o autor considerou, praticamente, a sua obra final sobre uma *paixão* que o acompanhara, na pátria ou no exílio, durante muitos anos de vida

— o Brasil. Terminou-o depois de uma hospitalização e de pressentir a proximidade da morte devido a um cancro que lhe consumira um pulmão (e que, de facto, o levaria depois para sempre). Refugiou-se no campo, longe da cidade (como, curiosamente, aconteceu com Mário de Andrade ao escrever *Macunaima*), e concluiu *O Povo Brasileiro* como um testemunho de curiosidade, compromisso e gratidão para com a sua cultura, um pouco à medida daquilo que sentimos quando se lêem, nos dias de hoje, as obras de José Mattoso ou Orlando Ribeiro sobre Portugal. Essa curiosidade é um dado fascinante ao longo de todo o livro, transformando simples perguntas em *interrogações*, passeios pela extensão brasileira numa interpretação tranquila do complexo de culturas, paisagens e sotaques que une e divide o país.

A viagem que Darcy Ribeiro nos propõe, compõe-se de uma grande ternura até pelos por-

tugueses que se instalaram como simples imigrantes numa terra desconhecida, longe das marcas da primeira colonização que para lá transportou a civilização, mas, também, as doenças e a violência do Estado. A sua visão do confronto dos mundos europeu e americano e do seu papel na construção dos vários *brasis* — o crioulo, o caboclo, o sertanejo, o caipira, o sulista — leva-o a desenhar o mapa do país não como uma extensão de territórios com as fronteiras estaduais que hoje conhecemos, mas como um *arquipélago* onde se acaba por instalar, disseminada, essa «*protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da população portuguesa como da indígena*», preparando-se para subir os rios, para invadir o sertão e as florestas, para temer as águas negras do interior ou para permanecer num litoral promissor e até certo ponto idílico.

Ora, a reacção do português comum ao Brasil, apesar de modelada pelo universo concentracionário que é o *big brother* televisivo importado sem reservas nem cuidados, ignora essa pluralidade fascinante e cuja reputação nunca aparece nas telenovelas — que, pelo menos, tiveram o mérito de lembrar aos portugueses a existência de um Brasil moderno, do século xx, actual, cheio de gente. Mas o que me surpreendeu mais no livro de Darcy foi a interpretação inteligente e agudíssima que faz de Portugal a partir das correntes de imigração no Brasil (quando fala desse «*povo nascente, em lugar de uma Lusitânia de Ultramar; se configura como um povo em si, que luta desde então para tomar consciência de si mesmo e realizar suas potencialidades*»). Mais: o livro acaba por constituir uma homenagem à viagem dos portugueses até ao Brasil. Uma homenagem, como escreve, ao génio que na Península Ibérica resistiu às pressões e influências nórdicas e muçulmanas para levarem ao Brasil «o plasma da neo-romanidade».

A verdade é que hoje, tirando as obras dos nossos historiadores — e ao contrário do que

naturalmente acontecia em finais do século passado, sobretudo na literatura de ficção, com Camilo ou Eça, por exemplo —, pouco se discute sobre o Brasil, pouca disponibilidade existe na *opinião pública* para compreender a existência de um Brasil que é quase totalmente desconhecido para lá desse espelho televisivo que atrás mencionei.

A minha própria relação com o Brasil sofreu uma revolução na altura em que, há vinte anos, frequentei uma cadeira de Literatura Brasileira na universidade. Mesmo assim, apesar da insistência do meu professor de então, o poeta angolano Mário António — que insistia numa «superioridade» da literatura brasileira sobre a portuguesa —, nunca consegui ler *Macunaíma* do princípio ao fim. Suponho que poucos portugueses o fizeram, aliás. Saltei pelo meio, virei as páginas com pressa de perceber o que vinha no parágrafo anterior. Tive, como todos os poucos portugueses que se aventuraram por Mário de Andrade, as minhas dificuldades. Anos depois dessa tentativa, reabro as páginas da biografia desse «*preto retinto e filho do medo da noite*», filho feio da índia tapanhumas: «*Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba, espiando o trabalho dos outros [...]. O divertimento dele era deparar cabeça de saúva*». Li-o, na altura, fora do contexto, como um europeu procurando em Mário de Andrade os sinais de um modernismo construído à maneira do nosso, muito educado e culto mas sem a actual mitologia construída à volta de Oswald. A aprendizagem foi lenta. O «paradigma baiano» da literatura brasileira, que entre nós era dominante (e que nos deixou ler páginas saborosas — e ouvir músicas saborosas), muitas vezes impediu que outros autores chegassem às nossas livrarias — mesmo os *clássicos*, mesmo Guimarães Rosa, Lins ou Mário de Andrade, mesmo Drummond ou João Cabral, mesmo Rubem Fonseca, Clarice Lispector ou Ana Miranda (quanto mais a nova narrativa brasileira, a atravessar um

dos seus melhores momentos, ou os novos poetas, ou Manoel de Barros, ou até os magníficos cronistas de futebol que dão lições de português e de sensibilidade). E, noutros casos, canções caipiras, romances europeus de São Paulo, novelas saborosas do Rio ou de Pernambuco, baladas de violeiros do sertão, folhetos de cordel de Alagoas ou do Nordeste. Havia coisas tão ruidosas para a língua educada de um português europeu, que só as podíamos ver como sons, melodias, harmonias, ritmos — como se o *olodum* baiano adquirisse ares de sinfonia. Há, em alguma literatura brasileira de hoje, ainda, um resto desse humor e dessa magia — tanto atlântica como interior, encostada às colinas que levam o Brasil para a outra costa — que espero que não desapareça tão cedo e que conviria que os portugueses conhecessem quanto antes, até para vivermos com mais sabor.

Seria bom, nesta altura, saber o que fizemos nós para mudar a nossa atitude em relação ao Brasil. Mesmo no mundo da «net», são poucos os laços que nos unem de um lado e do outro do Atlântico. Não defendo a existência de uma «língua atlântica», uma utopia perigosa e redutora — mas supõe-se que a sua existência não depende de a defendermos ou não. O mal das grandes opções políticas nesta matéria do relacionamento «luso-brasileiro» é que trazem consigo um carácter impositivo que raramente a *opinião pública* de um lado e do outro do mar aceita com naturalidade. E têm razão para isso. A «língua atlântica» que a experiência devia autorizar é a da desordem sem leis e da relação experimental das nossas culturas. Não houve, em relação ao Brasil, e no nosso século, uma única obra portuguesa que nos situasse, a todos, diante da memória do Brasil e da sua riqueza. Lugar de exílio muitas vezes, ao longo dos últimos sessenta anos, o Brasil mereceria mais entrega da nossa parte, mais disponibilidade, mais humildade, até. O fantasma do colonialismo e da men-



talidade neo-colonial não passa, hoje, de um fantasma que se volta contra os colonizadores e contra a «correção política» dos que temem deixar-se colonizar.

Pelo meio, o que se perde é francamente doloroso de se deixar perder. É por isso que talvez se deva *acreditar* nessa *inexistente* língua atlântica.

O presente texto sintetiza parte de um trabalho em curso sobre a «redescoberta» do Brasil de hoje e é constituído por anotações de viagem reunidas durante o trabalho de preparação da série televisiva *Avenida Brasil*, um documentário com guião de Francisco José Viegas e Rui M. Pereira, financiado pela Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e produzido pela RTP, que o exhibirá em Abril do ano 2000, a fim de assinalar os 500 anos da viagem de achamento do Brasil. O autor gostaria de deixar o seu agradecimento ao poeta e professor brasileiro Horácio Costa, bem como ao crítico e jornalista Manuel da Costa Pinto, editor da revista *Cult*, de São Paulo — por, involuntariamente, terem contribuído de forma decisiva para a «redescoberta» pessoal do Brasil.



Darcy Ribeiro dedicou os últimos tempos da sua vida a concluir um estudo de antropologia sobre uma *paixão* que o acompanhara, na pátria ou no exílio, durante muitos anos: o Brasil.